

## Tradução

**DURKHEIM, Émile. Friedrich Ratzel, Geografia Política. In: DURKHEIM, Émile (Org.). L'Année Sociologique, deuxième année (1897-1898), pp. 522-532, Paris: Félix Alcan, 1899. 596p.**

Marquessuel Dantas de Souza<sup>1</sup>

Esta importante obra<sup>2</sup> tem por objeto constituir a geografia política ao estado de ciência e mais especialmente, de ciência social<sup>3</sup>.

Ratzel não está mesmo longe de ver a mais fundamental de todas as ciências sociais. Já em sua obra *Staat und sein Boden*, (o Estado e seu solo) analisada aqui no último ano<sup>4</sup>, ele tentou estabelecer que o fator geográfico tivesse sobre o conjunto da evolução social uma influência preponderante, e todo seu argumento se acha reproduzido na primeira parte da presente obra, pp. 01 a 39<sup>5</sup>. Não nos lembramos em detalhe, tanto mais que as considerações gerais sobre os quais ela repousa são de uma sociologia um pouco demasiado simplista. Conforme o autor, os membros de uma sociedade serão por eles mesmos como unidades autônomas, capazes de serem suficientes; haveria, portanto, entre eles outra ligação permanente como aquela que os vincula ao solo comum sobre o qual vivem. Por conseguinte, o solo seria o *vínculo social (vinculum sociale)* por excelência (*Das stofflich Zusammenhaengende am Staat ist nur der Boden*)<sup>6</sup> e teria muito mais este

<sup>1</sup> Geógrafo. Tradutor da obra.

<sup>2</sup> RATZEL (FRIEDRICH). . **Politische Geographie (Géographie Politique)**. Munich et Leipzig. R. Oldenbourg, 1897, v + 714p. In: *L'Année Sociologique*, pp. 522-532, 1900.

<sup>3</sup> Há de ressaltar que no final do texto fora reproduzido a nota que Durkheim emitiu sobre - neste mesmo número do periódico e na última página da resenha aqui traduzida - a publicação de Vidal de la Blache referente a Geografia Política de Friedrich Ratzel. Optou-se obviamente em reproduzi-la em virtude de sua importância à obra ratzeliana.

<sup>4</sup> DURKHEIM, Emile. **Ratzel - Der Staat und sein Boden geographisch beobachtet**. *L'Année Sociologique*, 1896-1897, vol. I, pp. 533-539. . Literalmente, *O Estado e o solo observados geograficamente*. . Salientemos que os grifos ao longo do texto são conforme o original.

<sup>5</sup> Primeira parte da obra: *Der zusammenhang zwischen boden und Staat*. . A relação entre o estado e solo. (N. T.).

<sup>6</sup> O material relacionado ao estado está apenas no solo. (N. T.).

caráter que a individuação das partes mais acentuadas (pp. 12 e 13). Mas nem a psicologia nem a sociologia não mais permitem atribuir ao indivíduo tal grau de autonomia; a personalidade humana, em algum momento da história, nada de absoluto se observa. As consciências particulares estão diretamente amalgamadas umas aos outras por laços que não tem nenhuma origem territorial e que, portanto, são todos primordiais.

De resto, para que a geografia política possa tornar-se uma ciência, de modo algum é necessário que o território também represente um papel essencial na gênese dos fatos sociais. O que importaria bem mais seria determinar com a mais possível precisão o objeto desta ciência e os métodos que a torna possível. É lamentável que Ratzel não tenha tratado expressamente essa questão. Ele disse, é verdade, que a geografia política tem por tarefa estudar o Estado em suas relações com o solo (p. IV)<sup>7</sup>; mas a expressão é bem vaga e delimita mal um campo de pesquisas. Pois em que consistem essas relações? A quais signos os reconhece? Não obstante, o conjunto da obra emerge para o leitor uma noção da geografia política que pode, acreditamos formular como se segue.

O ponto da sociedade que ocupa uma porção do solo, determinada às vezes em sua grandeza e em sua forma: é o domínio do Estado (*Staatsgebiet*). Este domínio não é simplesmente uma coisa ou um conjunto de coisas exteriores ao Estado e que este possui: é um elemento integrante da vida coletiva, se bem que cada Estado pode se caracterizar por sua forma territorial. Ora, essas formas diversas estão perpetuamente em evolução; elas se estendem e se contraem; seus contornos se modificam como suas disposições interiores aos diferentes momentos da história. Investigar ou procurar as leis desta evolução, as condições do qual dependem os diversos elementos do fator territorial e as funções que os preenchem na sociedade, tal deve ser o objeto da geografia política. Assim entendido, o sistema de investigações se designa por esta palavra que deixa de ser; esta que foi muitas vezes um simples inventário descritivo de divisões políticas ou administrativas, para tornar-se uma verdadeira ciência explicativa. Ela tem por objeto tudo isto, que, em sua vida política, é suscetível de se exprimir territorialmente; mas os fatos assim definidos não se propõem somente em expor tais quais os são, uma vez que os são

---

<sup>7</sup> No prefácio à primeira edição Ratzel nos diz: *Die politische Geographie kann aber ihre Lehre vom Staat nur auf dem gegebenen Boden der Erde aufbauen*, p. IV. . Comentário acrescido pelo tradutor conforme a primeira edição gótica de 1897 e de acordo com a segunda edição de 1903. . **Politische Geographie**. München und Leipzig. Verlag von R. Oldenbourg, 1897, 715p. **Politische Geographie oder die Geographie der Staaten, des Verkehrs und des Krieges**. München und Berlin. Zweit auflage. Druck und Verlag von R. Oldenbourg, 1903, 838p.

fixados, ela empreende uma apreciação crítica, ou seja, ligar-se as variações que se produzem às causas que os explicam.

Tal explicação não pode naturalmente ser tentada por meio de largas comparações, compreendem as formas mais diversas dos agrupamentos humanos, desde os mais rudimentares e os mais primitivos até os mais recentes aos mais elevados; por isso não podem ser instrutivos. Aqui, como nas outras ciências da vida, são mesmo muito frequentemente os tipos embrionários que contribuem por vezes com mais luzes. A geografia política não se limita [não se circunscreve], portanto, em considerar os Estados mais civilizados sob sua forma completa; ela descerá até aos estabelecimentos políticos mais inferiores e é aproximando das sociedades melhores constituídas que ela chegará a determinar as leis de sua evolução geográfica. Com efeito, é sobre as comparações deste gênero que se apoiam as induções de Ratzel. Ele também apela para a geografia dos povos ou das tribos (colônias), os mais grosseiros para estes grandes Estados europeus.

Esta evolução é formada por um duplo processo (*processus*): um em virtude pelo qual o Estado recua ou se contrai [se restringe], seguindo em progresso ou decadência, os limites do território cujo é o soberano; o outro tem por efeito transformar este território de maneira a colocar-se em harmonia com a vida coletiva do qual é o substrato. As relações do Estado com o solo são, com efeito, de duas espécies: o Estado estende sua ação sobre uma porção mais ou menos extensa do globo, e por outro lado, tem para esta porção do globo laços mais ou menos exíguo [estreito]. Dois Estados da mesma grandeza poderão ser diversamente dependentes de sua base geográfica, conforme sua atividade de frota na superfície ou ao contrário, estarem profundamente empenhados na natureza do solo. . Um povo agrícola, por exemplo, está mais fortemente fixado que uma nação puramente comercial ou militar; as fortalezas que se elevam para a fronteira, as estradas, os canais, as construções de toda espécie estão todas ligadas que prendem o Estado a seu território. . Uma sociedade põe sua marca sobre o solo; ela também se coloca menos, por conseguinte, pode-se desfazer. O primeiro processo (*processus*) é, portanto, um processo de extensão (*Ausbreitung*), o segundo, um processo de consolidação (*Befestigung*) ou de enraizamento (*Einwurzelung*, ver p. 41 e seg.). Eles são em si diferentes e não tem os mesmos órgãos. O primeiro tem por agente essencial o Estado por si, o poder político; o segundo, a massa da sociedade. Sem dúvida, um momento surge onde o Estado por si mesmo colabora para este *enraizamento*; mas os primeiros trabalhos para esta transformação são as particularidades que se espalham lentamente, silenciosamente sobre o território,

cultivando-o, preparando-o de todas as maneiras. A ação do Estado vem depois (p. 44 e seg.).

Esta distinção é fundamental na doutrina de Ratzel e retorna sob as formas mais diversas. É ela que está no fundo da oposição de trincheira que ele estabeleceu entre os povos nômades e os povos sedentários (p. 61 e seg.). O nomadismo é, com efeito, o estado de sociedades onde a lei territorial está em seu mínimo (*minimum*) de energia, pois que mudam de território com uma extrema facilidade. E como, ao mesmo tempo, elas necessitam de vastos espaços para se moverem; os dois processos são aqui em razão inversa um do outro. É o mesmo contraste que se acha entre a civilização agrícola e a civilização militar; a civilização puramente comercial possui o meio (p. 57, 125, etc.). Todavia, se diferentes que são estes dois processos, eles jamais se apresentam separadamente um do outro e num estado absoluto; mas eles se unem perpetuamente um ao outro. Desde que o Estado aumente, ele prova a necessidade de assimilarem às suas conquistas, de consolidá-los; e desde que este trabalho de consolidação comece a tendência em se estender mais longe se faz sentir novamente (§ 107). Alhures, os dois movimentos prosseguem paralelamente ao longo de toda a história; as sociedades mais civilizadas são as mais extensas que existem e, ao mesmo tempo, penetram o território que ocupam mais profundamente que nenhum outro.

Após descrever esta evolução sob seu aspecto geral nas três primeiras partes de seu livro, Ratzel passa sucessivamente em revista os principais fatores geográficos em vista a determinar qual papel eles desempenham.

1º *A situação (Die Lage)*. . A situação de um país é um conjunto de relações que sustenta o ponto onde certo país está situado com outros lugares da terra. Ela varia naturalmente, em certa medida, com a extensão espacial (*Der Raum*); visto que muda sensivelmente a grandeza de uma sociedade em troca também da situação, pois que não sustenta as mesmas relações com os outros países. No entanto, estes dois elementos geográficos devem ser distinguidos: a prova é que a França, por exemplo, no curso de sua existência, viu as dimensões de seu território variar muito sensivelmente e de muitas maneiras, embora tenha sempre guardado [reservado] a mesma situação entre o mar do Norte, o Atlântico, os Alpes, o Mediterrâneo.

Até mesmo em certas considerações, é o espaço que depende da situação. Segundo uma sociedade mais ou menos situada, ela é mais ou menos conforme sua posição para apoderar-se dos espaços vizinhos. A vantagem que a mesma possui

de sua situação favorável faz com que os territórios que o cerca estejam naturalmente treinados em sua esfera de ação (§ 202). De outro lado, é no hemisfério norte que se encontram os maiores extensões da terra; os Estados do Norte dispõem, portanto, pela força das coisas, os mais vastos espaços que os povos do Sul (§ 206, 207). Já vimos, então, toda importância da situação; pois os Estados se desenvolvem tanto mais facilmente em razão dos que têm mais terra firme a seu alcance. Ademais, menos água, menos terras são divididas; além disso, por conseguinte, os povos estão estritamente em contato. Logo, a intimidade deste contato é um fator social de primeira ordem (p. 251). A situação ainda desempenha um papel essencial, por isso que ela sozinha determina os climas e que o clima afeta a organização das sociedades (§ 208-215). Dela, enfim, dependem as distâncias que separam as diferentes partes da terra; porém, a ação de um país sobre outro varia segundo o que eles estão mais ou menos afastados entre si. É assim que a situação central da Ásia, situada entre a Europa, a África e a América, facilitou a irradiação da civilização asiática sobre o resto do mundo e contribuiu assim para fazer deste continente o berço da humanidade (p. 264).

Mas isto é mais importante ainda: são os efeitos bastante diferentes que produzem a situação, conforme o que lhe é central ou periférico. Os países situados na periferia dos continentes se encontram, por isso mesmo, próximos do mar; uma vez que os vizinhos ao mar tem uma vantagem mais elevada ao custo que os faz (tem um maior valor), dos pontos assim situados, dos centros de atração e de cristalização. Pelo mar, com efeito, um povo pode se comunicar livremente com os povos mais diversos, emanar em todas as direções e, inversamente, receber as influências mais variadas e participar a toda espécie de civilizações. Não é, portanto, a posição que favorece tanto os rápidos progressos da cultura humana. Ao contrário, um país exilado no interior das terras é obrigado a curvar-se [inclinar-se] sobre si mesmo e viver numa espécie de isolamento. Assim as situações periféricas são elas primitivamente mais procuradas. São sobre a borda dos mares que foram fundados os primeiros Estados, sobretudo, os primeiros Estados florescentes, prósperos. Foi aí que se estabeleceram de preferência os conquistadores; é assim que aflui naturalmente a população. Daí vem o caráter mediterrâneo da antiga civilização. Foi ao longo do Mediterrâneo que ela se desenvolveu, progrediu de uma maneira regular de leste a oeste; e quando cessou de ser exclusivamente mediterrânea, foi em torno das bordas do Oceano que ela se realizou (Península Ibérica, Gália, Grã Bretanha), (pp. 270-281).

2º O espaço. Mas um Estado, cujo centro de gravidade está assim situado na periferia de um continente, pode se estender sobre um espaço restrito. Visto que isto caracteriza as sociedades mais recentes, é uma ambição espacial que nada parecer satisfazer-se. A grandeza é, cada vez mais, uma condição de sobrevivência para os povos. A civilização moderna não poderia, portanto, permanecer periférica. Eis porque o interior das terras foi ocupado em grande quantidade mais valorosamente que outrora; é aí que se acham unicamente os espaços necessários às grandes expansões. É aí também que se faz em parte a situação crítica da Europa em presença de outros continentes. Pois, há mais terra firme, há mais lugar para as grandes sociedades, e a Europa é mais pobre que a América. Os Estados são menores e obrigados a buscarem em outras partes do globo o solo que lhe falta (§ 257).

A importância influente para este fator tem causas múltiplas. A moldura de uma sociedade é vasta, maior é a diversidade dos elementos que lhe abrange (p. 347) e, por conseguinte, as fontes aos quais alimenta a vida coletiva. Ao mesmo tempo, as diferentes forças naturais (planícies, cursos de águas, etc.) são necessariamente em maiores proporções que em outros lugares (§ 269). A força de resistência da organização social é ainda acrescida por estas mesmas forças vitais, sendo mais internas, são menos despidas, por assim dizer, e menos expostas aos ataques exteriores (§ 247). Enfim, a grandeza do território age mesmo sobre o espírito da nação. Há para cada povo um certo sentido de espaço (*Raumsinn*), uma certa maneira de conceber que não é sem influência sobre sua história e que varia segundo o espaço, efetivamente ocupado, e que é mais ou menos extenso. Para uma pequena sociedade, o mundo detém pouco além de suas fronteiras; ela se desinteressa por todos os que estão mais distantes porque suas forças não podem alcançá-los ou atingi-los. Ao contrário, o horizonte recua à medida que o território se entende. Os homens aprendem a vantagem em representar ou simbolizar os vastos espaços, por isso apenas estão, desde então, os vários espaços à sua disposição. Sua concepção de universo se amplia [se expande]. Ora, esta concepção ampla é a condição necessária dos grandes empreendimentos (§ 263-267). O privilégio dos maiores gênios é justamente ultrapassar a representação que se faz do espaço à média de seus contemporâneos.

Isso não quer dizer, no entanto, que os países pequenos são doravante sem razão de serem. Eles não só conseguem se manterem, por vezes, ao lado das sociedades mais vastas graça às combinações de circunstâncias excepcionais favoráveis; mas as aglomerações débeis (fracas) alcançam em todos os tempos

uma função útil em jogo. Assim, suas dimensões se restringem; as forças sociais que estão concentradas se acham mais estreitamente e mais constantemente relacionadas, ativas e reativas umas sobre as outras mais imediatamente por energia; isto tem por efeito dá apoio rapidamente à vida social por um grau elevado de intensidade (§ 275 e seg.). Isso foi o que fez a precoce maturidade das cidades Greco-latinas. Tal é ainda, de uma maneira geral, o papel que preenche as cidades em nossas sociedades contemporâneas. Elas resultam de uma concentração que as reforçam. Elas surgem ou se manifestam nos pontos onde várias correntes sociais (comerciais ou outras) se entrecruzam e são produzidas por estes entrecruzamentos. Mas, ao mesmo tempo, encerram nos limites definidos e estreitos os elementos, cujos são formados, incrementando toda a vitalidade. Ratzel é assim conduzido a oferecer algumas notas [exposições] sobre a natureza dos agrupamentos urbanos e sobre suas funções (§ 286 e seg.).

Enfim, o solo tem todo seu valor social para a população distribuída em sua superfície e pela maneira cujo ele está adaptado às necessidades da vida coletiva, particularmente às trocas; o autor compreende neste estudo do fator espacial dois capítulos, um sobre a densidade da população e sua repartição (pp. 382-403), o outro sobre as vias de comunicação (pp. 403-437).

3º *As fronteiras*. . Representamos sobre os mapas as fronteiras como linhas matemáticas e fixas; mas esta representação é uma abstração simbólica. Bem longe de ser alguma coisa imóvel e morta, a fronteira é o resultado do conflito de dois movimentos. Ela surge da atividade de um povo, seu movimento natural de expansão vem se chocar à atividade de um povo vizinho, ou à resistência que lhe opõe um meio inerte, impróprio à vida social (mar, deserto, etc.). Igualmente, há um dos movimentos em sua raiz; ele próprio está num estado de perpétua mobilidade. A despeito de todas as convenções, um povo não se detém, uma vez por todas, no ponto preciso que lhe atribuem os diplomatas. As forças interiores que fazem suas vidas avançarem ou recuarem cessam segundo elas crescem ou decrescem, e a fronteira real se faz a mesma. Pela mesma razão, ela consiste realmente não em um traço, mas numa zona mais ou menos extensa. Pois ela corresponde a este fato que a reencontra com dois corpos (social ou não) concedendo nascimento de fenômenos periféricos muito diferentes daqueles que se passam no interior de um e de outro. Uma vez que esses fenômenos demandam certo espaço para se desenvolver. Este espaço é a verdadeira fronteira. É, portanto, porque ela tem alguma coisa viva e extensa e que cessa em vista da transformação (pp. 448-457). Mesmo que isto preceda não indica que todos os movimentos desempenhem um papel na gênese da

fronteira. Além disso, esta tendência ao isolamento que impede os povos em contatos a curvar-se sobre si mesmos, há uma tendência a unir-se, a se confundir, a fazer trocas. A fronteira é um compromisso entre estas duas tendências antagonistas [ou antagônicas]. Ao mesmo tempo em que ela separa, ela serve de lugar de passagem (§ 339). . A origem só existe nesta mesma zona de fronteira. Ela consiste em um espaço deserto que a tribo deixou desocupado e inexplorável em torno dela e que se faz vazio entre a mesma e as tribos vizinhas. É somente à medida que o valor do solo é mais bem apreciado, que a sociedade se estende onde a mesma possa atingir, isto é, até que ela reencontre outra sociedade; assim, a zona de fronteira deve estender-se menos, e, a necessidade de determinada ajuda, chega ao conceito abstrato da fronteira linear (§ 336 e seg.).

Há disposições da superfície do globo que fazem a vida física se deter a certos pontos da crosta terrestre sem poder se estender além, ou menos, sem poder se estender de uma maneira contínua e isto independentemente das influências que possam exercer os grupos humanos. Deste modo, ela foi incapaz de ultrapassar, então, o Cabo Norte (promontório norte), que os homens não alcançaram: aquela que se desenvolve sobre uma vertente dos Alpes não retorna a se desenvolver sobre outra vertente, e assim existe entre o norte e o sul da Europa uma separação que seria então o continente não habitado. Logo, as mesmas disposições podem colocar obstáculos à expansão da vida social e estabelecer uma descontinuidade entre os grupos humanos como entre as manifestações da vida física. Quando assim existe coincidência entre as fronteiras políticas e aqueles limites naturais, se diz primeiro que eles também são *naturais*. Uma fronteira deste gênero tem, portanto, necessariamente por efeito criar um vazio mais ou menos completo entre os povos, conquanto tenha por característica tornar o solo inabitável onde está situada. Deste modo, a fronteira natural perfeita não se acha nos limites extremos da terra habitável; pois, em todos os lugares, os obstáculos oponentes a expansão das sociedades são relativos e provisórios. No interior destes limites, não há fronteiras naturais que sejam completamente intransponíveis [insuperáveis] e através dos quais os povos chegam a unir-se (§ 347 e seg.). De onde o autor conclui que o valor social das fronteiras naturais é secundário e foi muito exagerada (§ 361).

Assim projetado, a fronteira política é um verdadeiro órgão social; é um órgão periférico. Intimamente ligado a tudo que se produz no interior da sociedade, ela reflete tudo que se passa. Ela avança ou regride segundo a sociedade esteja em via de crescer ou decrescer sobre os pontos onde as forças sociais se alcançam com uma intensidade particular; vemo-la cravar-se como um ângulo, uma extremidade

nas fronteiras vizinhas e, ao contrário, enfraquecer onde a vida é inferior, etc. São estes os movimentos que determinam a forma territorial do Estado (§ 383 e seg.). Enfim, como todo órgão, ela tem suas funções: função de proteção, função de troca com outras nações estrangeiras, etc., para quaisquer dos arranjos espaciais são necessários (§ 376 e seg.).

Não falamos de outros fatores geográficos cujos mesmos são tratados na sequência da obra. O autor estuda sucessivamente, sempre do mesmo ponto de vista, as disposições do solo que servem de passagem entre a terra e o mar (os flancos, as penínsulas, as ilhas pp. 531-538), o mundo da água, mares, rios, etc. (pp. 585-641), e enfim as montanhas e os planos (pp. 641-700). Isto precede suficiente para indicar qual é o espírito o livro.

Tão rico que seja em resumos, em comparações de toda espécie, este deve ser, sobretudo, retido à comparação geral. Isso é bom, pois temos que assegurar em constituir uma ciência nova. Sem dúvida, a geografia política não data de ontem; mas de todas as partes da geografia, foi provavelmente a mais negligenciada até os últimos anos; sobretudo, não era publicada como refratária da forma mais propriamente científica. Simples inventário de fatos, ela relata, mas nada explica. Ratzel aspira em encontrar verdadeiras leis. Seu empreendimento é, portanto, de um grande alcance, embora ele tenha os antecessores, sua originalidade permanece considerável. São particularmente interessantes para nós vermos disciplinas, as mais distantes como outrora a sociologia, aproximar-se progressivamente. Há assim um duplo movimento que é igualmente necessário: a sociologia tem a necessidade em deixar as generalidades onde a mesma esteve até o presente como mantenedora [conservadora] para entrar em contato com as ciências especiais (isto é o que trabalhamos aqui); e as ciências especiais, por si mesmas, tendem cada vez mais colocar-se em relações com a sociologia e tomar uma forma sociológica. Ratzel, geógrafo eminente, não rejeitará, sem dúvida, a qualificação sociológica.

Assim entendido, a geografia política aparece, em um sentido, como um ramo e quase como outro nome do qual chamamos de morfologia social, visto que ela trata das formas territoriais das sociedades. Contudo, a noção que Ratzel trata é ainda bem vaga e indeterminada; assinalamos esta indeterminação no começo, mas ela deve retornar. O autor ondula entre duas concepções muito diferentes. Ora, ele parece propor como objeto para a geografia política as formas que se dão às sociedades fixando-se sobre o solo; e esta é a morfologia social propriamente dita. Há pouco tempo ele atribuiu como alvo a determinação dos efeitos que as

disposições materiais do solo (rios, montanhas, mares, etc.) exercem sobre o desenvolvimento da política dos povos. Nada, apesar disso, é mais distinto. Com efeito, o que dá as sociedades tal e tal forma, é o fato de que as fronteiras são munidas ou não de fortalezas, definidas ou não; que as vias de comunicação são mais ou menos numerosas, os agrupamentos urbanos mais ou menos consideráveis, o território mais ou menos vasto; são causas sociais, por conseguinte, da ordem moral; é o estado de progresso econômico, é a atitude inegável das ideias religiosas a responder sobre largas superfícies, etc. É possível que os fatos da geografia física tenham também alguma parte; mas é uma das causas que contribuem para produzir os fenômenos estudados. Eles se tornarão, ao contrário, a causa essencial e quase única que se considera, se o damos por objeto exclusivo em pesquisar a maneira cujos mesmos afetam o desenvolvimento do Estado. Porém, o autor se situa evidentemente no primeiro ponto de vista quando estuda as fronteiras políticas e sua evolução, o sistema de trocas, a densidade social, etc.; e, aliás, a caminho ele não deixa de invocar causas que não tem nada de geográfico (ver especialmente § 173 e seg.). Mas ao mesmo tempo, mostra que o segundo ponto de vista lho preocupa e mesmo o domina; é que ele vê no solo a base de toda vida coletiva, o vínculo que unem os homens. Assim, ele entende o solo tal que o é naturalmente antes de qualquer instituição social, visto que as instituições sociais deveriam supostamente encontrá-lo como sua primeira condição. De resto, ele só tem haver com os títulos de capítulos sobre os rios, os mares, etc. Esta ambiguidade não é sem produzir uma confusão que perturba o leitor.

Poderíamos igualmente censurar ao método a insuficiência de seu rigor. As censuras consistem antes ou preferencialmente em ilustrações do que em comparações metódicas; os fatos contrários são raramente examinados, e, se rico que seja de erudição por parte do autor, não pode se impressionar por um desvio que há entre o número de dissertações e as provas sobre as quais elas respondem. Mas estas são imperfeições inerentes a toda ciência que se inicia.

***Recebido em Fevereiro de 2016.***

***Publicado em Julho de 2016.***